CLIPPING — COMPLEXSYS E ANDRÉ FELDMAN NA MÍDIA

SP detecta R$ 13 mi em notas de ONG de “Dark Horse”

Fonte original: Diário do Centro do Mundo. Este documento é uma cópia de arquivo para clipping; o conteúdo pertence ao veículo e não foi produzido por este sistema.

Veículo	Diário do Centro do Mundo (diariodocentrodomundo.com.br)
Autor	Diario do Centro do Mundo
Data de publicação	06/07/2026 13:46
URL original	https://www.diariodocentrodomundo.com.br/sp-notas-suspeitas-ongdark-horse-bolsonaro/
Relevância	Baixa · Contratos e dinheiro público · Notícia
Pessoas citadas	Ricardo Nunes, Karina Gama
Organizações	Instituto Conhecer Brasil (ICB), Prefeitura de São Paulo, Complexsys, Ministério Público de São Paulo, Secretaria Municipal de Inovação, Prefeitura de SP
Data da coleta	29/09/2026 10:07
Situação	No ar · última verificação 25/11/2026 19:06
Versões	1

TRECHOS QUE CITAM ANDRÉ FELDMAN / COMPLEXSYS

• Dos R$ 13 milhões apontados, R$ 11 milhões envolvem notas da Make One, Ultra IP, Complexsys e Favela Conectada, empresas que também aparecem na apuração da Polícia Civil. (defesa/posicionamento)

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.



Imagem: reprodução / Diário do Centro do Mundo

RESUMO

A gestão Ricardo Nunes (MDB) rastreou R$ 13 milhões em notas fiscais suspeitas na prestação de contas de um contrato de instalação de pontos de Wi-Fi firmado com o Instituto Conhecer Brasil, entidade presidida por Karina Ferreira da Gama, produtora da cinebiografia “Dark Horse”, sobre Jair Bolsonaro (PL). Dos R$ 13 milhões apontados, R$ 11 milhões envolvem notas da Make One, Ultra IP, Complexsys e Favela Conectada, empresas que também aparecem na apuração da Polícia Civil.

A gestão Ricardo Nunes (MDB) rastreou R$ 13 milhões em notas fiscais suspeitas na prestação de contas de um contrato de instalação de pontos de Wi-Fi firmado com o Instituto Conhecer Brasil, entidade presidida por Karina Ferreira da Gama, produtora da cinebiografia “Dark Horse”, sobre Jair Bolsonaro (PL).

O instituto é alvo de investigação sobre supostos desvios em um contrato de R$ 108 milhões com a Prefeitura de São Paulo. A Polícia Civil apura se o acordo relacionado ao Wi-Fi teria servido para bancar despesas do filme produzido pela Go Up Entertainment, empresa de Karina.

A administração municipal emitiu, em 1º de julho, uma notificação sobre inconsistências em notas fiscais apresentadas pela ONG e referentes ao primeiro semestre de 2025. O questionamento cita descrições vagas de despesas e documentos que acabaram cancelados depois da emissão.

Dos R$ 13 milhões apontados, R$ 11 milhões envolvem notas da Make One, Ultra IP, Complexsys e Favela Conectada, empresas que também aparecem na apuração da Polícia Civil. A prefeitura apontou falta de detalhamento sobre “área geográfica de atuação, os pontos de acesso instalados ou o escopo exato das atividades”.

Notas canceladas e cobrança de devolução

Um pagamento de R$ 500 mil à Favela Conectada teve a nota fiscal cancelada pela própria empresa dias depois de a prefeitura notificar a irregularidade, e a gestão municipal passou a exigir a devolução integral do valor. Autoridades do Ministério Público de São Paulo apontam que Alex Leandro Bispo, representante

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

da empresa, teria ingressado no PCC enquanto cumpria pena na Penitenciária 2 de Presidente Venceslau, no interior paulista.

A prefeitura também identificou três pagamentos à JR Feijão Ltda, empresa do setor alimentício, que somaram R$ 406.752,50 e ocorreram em 11 de abril. As notas, emitidas em 10 de abril com a descrição genérica de “aquisição de material”, foram canceladas pela própria empresa em 16 de abril; por isso, a gestão classificou os gastos como ilegítimos e determinou a devolução dos valores.

Outros dois pagamentos questionados envolveram a Talk Comunicações: R$ 166.666 em março e R$ 181.818 em maio, sob a rubrica de “contrato de comunicação massificada”. A Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia cobrou do Instituto Conhecer Brasil relatórios de veiculação e comprovantes de mídia porque as notas não especificavam as praças atingidas nem detalhavam as campanhas realizadas.

A notificação deu prazo de 30 dias, a partir do recebimento do ofício, para o instituto apresentar justificativas por escrito e documentação retificadora sobre os itens questionados. Se a entidade não comprovar as despesas, a prefeitura pode obrigá-la a devolver os valores.

A Operação Sem Wi-Fi, da Polícia Civil, apontou que a Prefeitura de São Paulo teria pago valor 230% superior ao praticado no mercado para instalação de pontos de internet em comunidades periféricas. A investigação compara a cobrança da Prodam, de R$ 306 mais R$ 200 de manutenção mensal por ponto, com o acordo do ICB, que estipulou R$ 1.800 fixos por ponto; a prefeitura afirma que o custo estimado da parceria para 2026 é de R$ 1.280 por ponto/mês.

O faturamento declarado pelo Instituto Conhecer Brasil cresceu de R$ 306 mil no fim de 2022 para R$ 54 milhões no fim de 2025. O total inclui R$ 51,9 milhões em “parcerias e subvenções governamentais”, R$ 2 milhões em “subvenções com educação” e R$ 2,6 milhões em “receita com prestações de serviço”.

O ICB afirmou que não recebeu notificação relativa aos R$ 13 milhões em notas suspeitas vinculadas ao contrato de Wi-Fi. “Até o momento, toda a nossa prestação de contas junto aos órgãos competentes segue dentro da regularidade, conforme os procedimentos previstos em contrato”, disse a entidade, que também declarou permanecer à disposição para prestar esclarecimentos quando for oficialmente comunicada.

Bolsonaro | Dark Horse | Instituto Conhecer Brasil | Karina Ferreira da Gama | Ministério Público de São Paulo | Prefeitura de São Paulo | Wi-Fi Livre | pcc | polícia civil | ricardo nunes

Fonte original: https://www.diariodocentrodomundo.com.br/sp-notas-suspeitas-ongdark-horse-bolsonaro/ · Coletado em 29/09/2026 10:07 · Gerado em 28/11/2026 00:00

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.